

Ganhos expressivos

Produtividade na indústria aumentou e empregos de qualidade ajudaram a proteger o meio ambiente

IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS

- Melhoria da infraestrutura e nas condições de moradia da população, expressa pelo indicador da proporção de domicílios com acesso à água.
- Representatividade do emprego formal na região metropolitana de Manaus é significativamente maior do que nas áreas semelhantes de outras capitais.
- A renda do trabalho é mais elevada na região metropolitana de Manaus do que nas áreas de outras capitais, embora a diferença não seja estatisticamente significante.
- Os salários na indústria se mantêm estáveis e acima do contafactual ao longo do tempo, sendo que a diferença é estatisticamente significante quase sempre.

IMPACTOS AMBIENTAIS

- Desmatamento e atividade industrial na Zona Franca de Manaus (medida pelos postos de trabalho) são negativamente correlacionados.
- Quanto menor foi a atividade industrial na Zona Franca de Manaus, maior o desmatamento no estado.
- Quanto maior foi a população do estado no período anterior, maior o desmatamento no estado.

CONTRAPARTIDAS

Para a concessão de benefícios

- Cumprimento do Processo Produtivo Básico (PPB).
- Geração de empregos na região.
- Concessão de benefícios sociais aos trabalhadores.
- Incorporação de tecnologias de produtos e de processos de produção compatíveis com o estado da arte.
- Níveis crescentes de produtividade e de competitividade.
- Reinvestimentos de lucros na região.
- Investimento na formação e capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento científico e tecnológico

Fontes: FGV e Superintendência da Zona Franca de Manaus

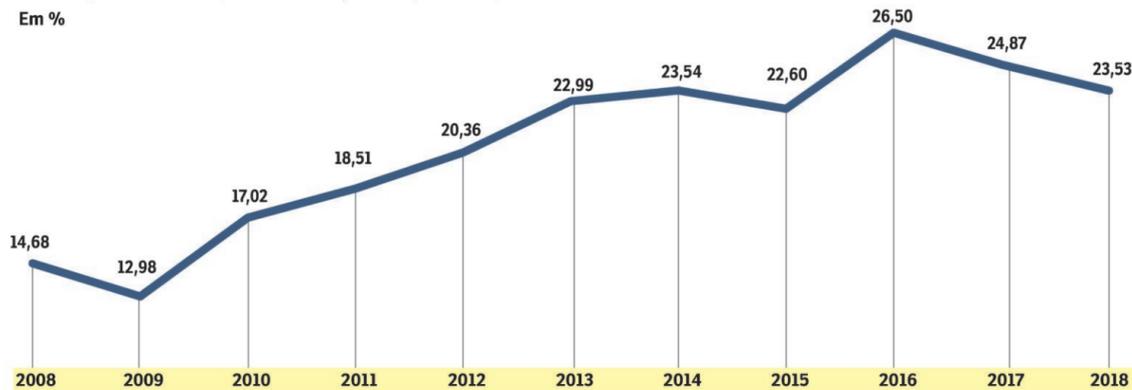
TRIBUTOS FEDERAIS

- Redução de até 88% do Imposto de Importação (II) sobre os insumos destinados à industrialização.
- Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).
- Redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, inclusive adicionais de empreendimentos classificados como prioritários para o desenvolvimento regional, calculados com base no Lucro da Exploração até 2013.
- Isenção da contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins nas operações internas na Zona Franca de Manaus.

EVOLUÇÃO DOS GASTOS TRIBUTÁRIOS DA ZONA FRANCA

Gastos do governo realizados por meio da redução da carga tributária, em vez de desembolso direto

Em %



Para a Suframa, programas de pesquisas vão consumir R\$ 1,2 bilhão, ajudando no desenvolvimento da região

Menos burocracia para a produção

A Superintendência da Zona Franca de Manaus conta com a desburocratização e a desregulamentação dos Processos Produtivos Básicos (PPBs) para modernizar as indústrias instaladas no polo. De acordo com o superintendente da Suframa, coronel Alfredo Menezes, o Ministério da Economia prometeu incluir a mudança no pacote de medidas a serem implementadas ao longo deste ano.

O PPB consiste nas etapas mínimas necessárias que as empresas devem cumprir para fabricar um determinado produto como uma das contrapartidas aos benefícios fiscais estabelecidos por lei. O prazo para o estabelecimento ou alteração de um PPB é de 120 dias, mas, de acordo com Menezes, pode passar de um ano. O objetivo é que, com as mudanças, o prazo seja reduzido para 90 dias.

Em 1993, a Lei de Informática (nº 8.249/91) incluiu a obrigatoriedade de aplicação de 5% do faturamento bruto obtido da venda dos bens incentivados, após dedução de impostos, em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). De acordo com o superintendente, neste ano, os recursos oriundos da Lei de Informática para a aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento devem chegar a R\$ 1,2 bilhão.

“Queremos resgatar o protagonismo da Suframa como ator principal do estado do Amazonas e da região”, diz. Segundo ele, nas últimas duas décadas, a autarquia, que atualmente é vinculada ao Ministério da Economia, perdeu a capacidade de empreender e contribuir para o desenvolvimento. Os recursos da Suframa são oriundos de repasses sobre

o faturamento das empresas instaladas na Zona Franca de Manaus. Este ano, o orçamento esperado é de R\$ 300 milhões.

Dois papéis

No passado, esses recursos criaram o polo moveleiro da Zona Franca e custearam a construção de pontes. A Suframa tem dois papéis: de fiscalizador e de promotor do desenvolvimento. “Precisamos resgatar o vetor do desenvolvimento”, afirma Menezes, que espera aplicar em convênios de infraestrutura, formação de capital intelectual e capacitação tecnológica, entre outras, na área de abrangência da Suframa, ou seja, nos estados do Amazonas, Acre, de Rondônia e de Roraima e nos municípios de Macapá e Santana, no Amapá.

O superintendente diz ainda que a Suframa precisa fazer uma autocrítica e melhorar sua comunicação com o resto do país, além de atrair as entidades de classe para o debate a respeito do futuro da ZFM. Para ele, o Suframa vai poder desempenhar melhor seu papel de impulsor do desenvolvimento regional se tiver autonomia administrativa e financeira.

Criada em fevereiro de 1967 e com atuação na Amazônia Ocidental (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima) e nos municípios de Macapá e Santana, no Amapá, a Suframa cuida hoje de um parque industrial com cerca de 500 empresas. Em 2018, o Polo Industrial de Manaus (PIM) fechou com faturamento de R\$ 94,1 bilhões, o que representa crescimento de 14,6% em relação ao faturamento obtido no ano anterior, de R\$ 82,1 bilhões.



Coronel Menezes diz que Superintendência precisa de autonomia financeira

O Pará tem um desmatamento que resvala os 40% da mata local. O Pará é menos ambientalista? Não. Isso acontece porque o modelo econômico instalado no estado pressupunha o desmatamento”

senador Eduardo Braga (MDB-AM)



Nós temos em alto-releva a maior reserva de nióbio do mundo. E não podemos tocar. Tornaram a Amazônia um santuário”

Senador Plínio Valério (PSDB-AM)



Isenção ajuda na preservação

A Zona Franca de Manaus (ZFM) é um projeto de desenvolvimento regional, diz o senador do estado do Amazonas Eduardo Braga (MDB). “Não quero analisar a ZFM como um projeto de incentivo fiscal. O que nos diferencia dos outros é justamente a questão de que o modelo de desenvolvimento do estado fez a região se diferenciar das demais”, explica. Para o senador, o desmatamento é contido por conta do polo industrial.

“O Pará tem um desmatamento que resvala os 40% da mata local. Isso acontece porque o Pará é menos ambientalista? Não. Isso

acontece porque o modelo econômico instalado no estado pressupunha o desmatamento”, justifica. Com esse argumento, Braga defende o programa de renúncia fiscal vigente na região.

Para ele, os benefícios à Zona Franca são uma contrapartida da União, para que não ocorra no Amazonas o que se vê no estado vizinho. “É um modelo de desenvolvimento regional. E isso tem como contrapartida a renúncia fiscal por conta da União. Caso contrário, como estabelecer que não se tenha a implantação da agricultura e da pecuária na Amazônia?”, questiona.

O senador destaca que, no caso da Zona Franca, os benefícios tributários só ocorrem após a produção final, e isso contraria outros modelos existentes no país e no mundo. “Na Zona Franca, não se recebe nenhum benefício fiscal se o bem final não for produzido”, reforça.

Braga demonstra preocupação com o fato de a ZFM perder competitividade dentro do Mercosul. O parlamentar destaca que existe um movimento de fuga de certos produtores do local para países vizinhos. “Em função do Mercosul, o produto vai entrar no nosso país com isenção fiscal”, diz.

Um tesouro debaixo da terra

É preciso que o Estado brasileiro dê condições para retirar as amarras do setor produtivo do Norte do país, segundo o senador do PSDB do Amazonas, Plínio Valério. Na visão dele, é possível o desenvolvimento da região sem a Zona Franca de Manaus (ZFM) se os cadeados forem serrados, permitindo maior liberdade para empreendimentos e produção.

O parlamentar defende que o tesouro que está no subsolo da região seja explorado. E, para isso, afirma que é preciso “tirar as mordaças ambientais que escravizam a Amazônia”. “É uma área hoje tombada, equivalente

a duas vezes o tamanho da Alemanha”, destaca. Para ele, os cidadãos da região “pisam em ouro, mas dormem ao relento”. “Nós temos em alto-releva a maior reserva de nióbio do mundo. E não podemos tocar. Tornaram a Amazônia um santuário”, critica. “O Brasil hoje é a Amazônia. Essa preservação de que tanto falamos não foi objetivo, mas, sim, consequência. Nós temos um trunfo. O mundo lá fora tem que entender que o país nos castiga para preservar (a floresta)”, defende.

Na opinião de Plínio Valério, a Amazônia é a região mais rica do

planeta, mas que o povo residente é “explorado” pelo Instituto Socioambiental (ISA) pelo GreenPeace, e pelas ONGs internacionais, que “arrecadam milhões e não fazem o dinheiro chegar à outra ponta”.

Sobrevivência

Para ele, os que passam necessidades na região poderiam utilizar a fauna e a flora para sobreviver. “Nos tire as Zona Franca, serre os cadeados, tire as mordaças e nós vamos partir para o minério. Temos ouro, diamantes, nióbio. E não tocamos”, afirma.